

## TECNOLOGIA DO COMPORTAMENTO

18. JANEIRO. 94

Entrevista com Valter da Rosa Borges sobre as dificuldades financeiras para a pesquisa em Parapsicologia.

Burocracia veta pesquisa com sensitivo

Capacitar policiais de Pernambuco para atuar em casos de paranormalidade é um projeto que só não se tornou realidade porque quando ele estava na iminência de ser adotado pela Secretaria de Segurança Pública, em fins de 1987, o seu então titular general Evilásio Gondim, foi exonerado do cargo. O Projeto de Investigação e Treinamento em Parapsicologia nas Atividades de Polícia, elaborado pelo Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas – IPPP – foi a segunda tentativa frustrada de incluir na administração do estadual procedimentos científicos na abordagem das questões paranormais. Um ano antes, no início de 1996, aquela entidade de pesquisa apresentou à Secretaria de Educação do Estado o Projeto de Assistência ao Superdotado e Paranormal. O objetivo era identificar e orientar superdotados e sensitivos encontrados na rede escolar estadual, numa primeira fase, na área metropolitana do Recife. Houve iniciativa na Câmara Municipal do Recife para adotar o projeto no município, saíram apelos da Assembleia Legislativa para a divulgação do projeto em todos os Centros Sociais Urbanos, o então secretário estadual de Educação, Alexandre Krause transformou-o em convênio com o IPPP, mas três meses depois, já no governo de Miguel Arraes todas as providências foram sustadas.



Essas duas tentativas frustradas foram inspiradas em observações das equipes do Instituto que esse ano completa 21 anos. Há muitas ocorrências estranhas transformadas em casos policiais ou fonte de boatos alucinatórios que poderiam ser solucionados se houvesse pessoal habilitado. Um desses casos está registrado nos arquivos do IPPP em 1978, Recife ficou em polvorosa com as notícias sobre um fantasma assustador na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Depois de muito alvoroço e noticiário desencontrado, o parapsicólogo Valter da Rosa Borges foi chamado a investigar o caso. E ele descobriu sem muito esforço que o fantasma estava na imaginação de um funcionário da Universidade com graves problemas psiquiátricos. Acreditando-se um fantasma, ele fantasiava-se e praticava todo tipo de assombrações. O velho prédio da Faculdade fornecia o ambiente ideal. Em 1985, a paranormalidade voltou a figurar em primeiro plano na imprensa do Recife. A polícia foi chamada para investigar estranhos no Edifício Paris, na Av. Cruz Cabugá. Um pastor protestante e um

médium também foram convocados e não atinaram com uma explicação. Por fim, Rosa Borges foi convidado a ir ao local pela então presidente do Sindicato dos Médicos de Pernambuco, Lea Correia e esclareceu tudo. Tratava-se de um caso típico de poltergeist, provocado por uma doméstica de 11 anos com problemas emocionais. Com a família devidamente conscientizada, tudo se normalizou em três dias. A intervenção mais polêmica, no entanto, foi em 1982. Convidado pela Federação Espírita de Pernambuco para pesquisar as cirurgias espirituais do médico Edson Queiroz, o IPPP estabeleceu um modelo para controle científico do fenômeno. A assessoria do médium não aceitou a proposta e o caso transformou-se em polêmica acirrada pela imprensa. Casos assim convenceram os pesquisadores da necessidade de divulgar o conhecimento da paranormalidade. No caso das escolas houve uma base bem sólida. De 1978 a 1985, entrevistas com estudantes universitários da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, da Universidade de Pernambuco e da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – Facho foram consideradas estatisticamente significativas. Tornou-se sistemático esse tipo de ação no universo maior da rede estadual de ensino e poderia ser proveitoso. A burocracia vetou.

#### Velhas máquinas na pesquisa do novo

Para pesquisar o paranormal também é necessário equipamento. Nos países onde a parapsicologia é uma ciência de prestígio, os laboratórios são sofisticados. O do Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas é dos mais simples. Sem recursos externos, contando apenas com o dinheiro das mensalidades dos seus cursos e dos eventos promovidos eventualmente, a entidade se vira como pode. Entre a aparelhagem simples e dispositivos eletrônicos, estão pêndulos de diversos modelos, “dual rod”, bússolas, baralhos Zener, dados, psicômetros, (26 tubos contendo cada um metais e uma esfera de madeira como testemunho do metal contido no tubo, sendo cinco metais diferentes distribuídos aleatoriamente) pirâmides de mármore e de vidro, imãs fortes, etc. Os mais sofisticados são os eletrônicos, montados pela própria equipe de pesquisadores sob a orientação de Ivo Cyro Caruso, incluindo metrônomos, eletroscópio à válvula, eletroscópio transistorizado, detector de ondas alfa (de 10 a 11 hz de operação) detector de acupontos (pontos de acupuntura), dado eletrônico, sequencial aleatório de 1 a 6 (tipo painel), detector de campo eletromagnético, medidor de resistência da pele (que é usado em experiência com plantas), máquina Kirlian (versão 1976), gerador de ruído branco, gerador de barras (a acoplar a TV para acompanhar variações da resistência da pele), etc.

Há carência de equipamentos mais avançados, de uso rotineiro em laboratório de pesquisa do exterior. Os dedicados parapsicólogos pernambucanos suprem suas deficiências de equipamento com engenho e criatividade. Eles também procuram se manter permanentemente atualizados, realizando duas vezes por mês reuniões de estudo. Essas reuniões são promovidas pelo Departamento Científico da entidade, dirigido pelo médico Luiz Carlos Diniz.

O esforço para divulgar o aspecto científico da parapsicologia é quase uma obsessão. Em 1975, Valter da Rosa Borges realizou, pela primeira vez, um curso básico de parapsicologia pela televisão – a Universitária do Recife. Em 1982, o IPPP começou a realizar sistematicamente seus cursos básicos de parapsicologia, de caráter informativo e destinado ao público em geral. Esse esforço de disseminação deu origem, cinco anos depois, ao processo de formação de parapsicólogos e a constituição de uma comunidade científica especializada e de alto nível de qualificação profissional. Essa iniciativa teve o apoio da então delegada do MEC, de Pernambuco, professora Creuza Aragão que designou o professor Luiz Augusto Rodrigues da Cruz para orientar a criação de um curso de pós-graduação em Parapsicologia. Em 1988, foi iniciada a primeira turma do curso de graduação (latu senso) Especialização em Parapsicologia, com 31 alunos de diversas graduações universitárias. Exemplo do caráter extremamente rigoroso do Curso está em que apenas cinco alunos das três turmas (1988, 1989 e 1990) apresentaram defesa pública de suas monografias e foram aprovados com distinção. Foram o engenheiro

Jalmir Brelaz Freira de Castro, o médico Luiz Carlos Diniz, a professora Terezinha Acioli Lins, o psicólogo Luciano da Fonseca Lins e o sociólogo Erivam Felix. Das bancas examinadoras participaram pesquisadores de renome internacional como o parapsicólogo padre Oscar Quevedo e a sensitiva russa Barbara Ivanova. O grupo ainda teve fôlego para realizar vários eventos nos seus sofridos 21 anos de existência.

\*\*\*